



DOSSIÊ - IMPRENSA, MÍDIAS E REGIMES POLÍTICOS DITATORIAIS

O Golpe de 1964, no Brasil, pelas páginas do jornal *Ultima Hora* (UH)¹

The 1964 Coup in Brazil, through the pages of the Ultima Hora newspaper (UH)

El Golpe de 1964 en Brasil, a través de las páginas del diario Ultima Hora (UH)

Thiago Fidelis

orcid.org/0000-0003-0406-1559

thiago.fidelis@uemg.br

fidelisrp@gmail.com

Recebido em: 15 dez. 2022.

Aprovado em: 6 jul. 2023.

Publicado em: 10 nov. 2023.

Resumo: O artigo analisa como o jornal *Ultima Hora* (UH) representou o golpe de 1964 em suas páginas, nos primeiros meses do ano. Tal aspecto justifica-se por essa publicação ter uma das maiores circulações no Brasil e, diferentemente dos outros diários impressos, ter um posicionamento favorável ao governo de João Goulart, não coadunando com as movimentações oposicionistas que defendiam, abertamente, uma intervenção militar para derrubar o então mandatário e que recebiam ampla acolhida na imprensa de grande tiragem, conforme apontado em extensa bibliografia sobre o assunto. Como resultado, o texto apresenta que a UH manteve-se coerente com sua cultura política desde a sua fundação, em 1951, defendendo os princípios trabalhistas e as práticas ligadas a Getúlio Vargas, considerando que Goulart era uma espécie de "herdeiro político" de Vargas e, segundo a UH, era atacado exatamente por esse aspecto, uma vez que os grupos opositores, civis ou militares, não aceitavam a consolidação de um governo cujas bases remetiam a esse modelo de organização do país.

Palavras-chave: Golpe de 1964; *Ultima Hora*; João Goulart.

Abstract: This study examines how the newspaper *Ultima Hora* (UH) portrayed the 1964 coup in its pages during the early months of that year. The research is significant because UH has a large readership in Brazil and takes a supportive position toward João Goulart's government, unlike other printed newspapers. In contrast, opposition movements openly advocated for a military intervention to remove the current president, receiving significant support from the mainstream media, as evidenced in the extensive literature on the subject. As a result, this research argues that UH has consistently adhered to its political ideology since its establishment in 1951. It strongly defends the labor principles and policies associated with Getúlio Vargas, considering Goulart as a symbolic successor to Vargas. According to UH, civilian and military opposition factions vehemently opposed the establishment of a government that drew inspiration from this model, leading to attacks against the president based on this aspect. The refusal to accept the consolidation of such a government stemmed from their rejection of the principles it represented.

Keywords: Coup of 1964; *Ultima Hora*; João Goulart.

Resumen: El artículo trae un análisis de cómo el periódico *Ultima Hora* (UH) trató del golpe de 1964 en sus páginas en los primeros meses del año. Se justifica la elección de UH por el hecho de que esa es una de las publicaciones con más circulación en Brasil y, diferentemente de los otros periódicos impresos, tiene una posición favorable hacia el gobierno de João Goulart, de modo que no armoniza con los movimientos oposicionistas que defendían, abiertamente, una intervención militar para hacer caer el actual mandatario y que recibían amplia acogida en los periódicos de gran tirada, conforme se puede ver en extensa bibliografía sobre el tema. Como resultado, el texto muestra que UH se mantuvo coherente a su cultura política desde su fundación, en 1951, defendiendo los principios laborales y las prácticas relacionadas a Getúlio Vargas, puesto que Goulart era una especie de "heredero político" de Vargas y, de acuerdo con UH,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa "A crise impressa: o governo João Goulart pelas páginas de *Ultima Hora* (UH) (1961-1964)", com financiamento da bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

era atacado exactamente por esa cuestión, una vez que los grupos opositores, sean ellos civiles sean militares, no aceptaban la consolidación de un gobierno cuyas bases remetían a ese modelo de organización del país.

Palabras clave: Golpe de 1964; *Ultima Hora*; João Goulart.

Introdução

A partir de uma movimentação militar iniciada no dia 31 de março de 1964, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, foi consolidado um golpe de Estado no Brasil, destituindo do poder o presidente João Goulart e iniciando um regime ditatorial que, embora com apoio e ampla mobilização civil, foi marcado por uma gestão militar (NAPOLITANO, 2014). Em linhas gerais, essa ação trazia êxito para tentativas instituídas desde 1954, após o atentado contra Carlos Lacerda e o major da Aeronáutica, Rubens Vaz (que veio a falecer), que afastara Getúlio Vargas e só não concretizou a chegada dos militares ao poder pela morte do então presidente (D'ARAÚJO, 1992). No ano seguinte e em 1961, com as mobilizações pelos impedimentos das posses de Juscelino Kubitschek e do próprio Goulart (o primeiro pela eleição, em 1955, e o segundo nas duas situações, votado como vice na primeira e recebendo o cargo na segunda, após a renúncia de Jânio Quadros), basicamente os mesmos grupos se mobilizaram para a ascensão dos militares ao poder, uma vez que acusavam os políticos, vinculados ao legado varguista, de serem antidemocráticos e atuarem contra o sistema, utilizando-se de táticas personalistas e enganosas para confundir o eleitorado e angariar seu apoio, além de todos eles terem o suposto auxílio dos comunistas, cujo partido estava na ilegalidade, mas que, ainda assim, atuariam de maneira irrestrita (MOTTA, 2002). No caso da justificativa para a ação em 1964, os comunistas estariam ocupando cada vez mais espaço no governo, sendo que o próprio Jango (como era conhecido o presidente) seria um comunista, na perspectiva de muitos desses envolvidos (FERREIRA, 2011).

No caso da imprensa em específico, os impressos via de regra eram favoráveis aos grupos que questionavam o legado varguista, tendo como

principal motivação a perseguição e as dificuldades financeiras impostas pelo ex-presidente em sua passagem pelo poder anteriormente (1930-1945), sobretudo no período do Estado Novo (SODRÉ, 1966). No processo eleitoral de 1950, que culminou com a vitória de Vargas e seu retorno ao poder, os jornais de maior circulação no país, nesse contexto, fizeram oposição ao seu nome e, após sua posse, oscilaram entre a oposição ferrenha e a indiferença com a movimentação governamental, indicando que, no campo da imprensa, a cobertura do mandato presidencial não teria boa acolhida.

É nessa perspectiva que surge, então, o jornal *Ultima Hora* (UH), criado por Samuel Wainer. Embora tivesse sido perseguido durante o Estado Novo, por conta das publicações de sua revista *Diretrizes*, o jornalista acabou aproximando-se de seu então algoz no processo eleitoral, após ter feito uma entrevista, em 1949 (cuja origem e intencionalidade é um assunto bastante discutido até hoje), na qual o senador gaúcho admitira que deveria ser candidato. Após ser um dos poucos jornalistas que acompanhou as ações de Vargas, seja enquanto candidato, seja como presidente, Wainer teria recebido a ideia do próprio presidente de criar um jornal, sendo que a UH foi fundada em 12 de junho de 1951, menos de cinco meses após o início do mandato (FIDELIS, 2022a). A principal perspectiva da publicação era criar um espaço propício, no campo da imprensa, para a divulgação de aspectos positivos do governo Vargas e das ideias que davam base ou que apoiavam suas ações, buscando um claro contraponto às principais publicações na época (GOLDSTEIN, 1987).

Com um rápido crescimento e consolidação nesse campo, chegando a ser o segundo jornal de maior circulação no país (LAURENZA, 1998), a UH foi o principal motivo para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1953 para investigar possíveis favorecimentos ilícitos, por meio de recursos públicos, a grupos da imprensa em geral. Embora também tenha ficado provado que vários outros meios da imprensa receberam e recebiam favores de órgãos

públicos, no caso do jornal de Wainer o impacto foi mais amplo, uma vez que essas denúncias de favorecimento atingiam diretamente o já abalado governo Vargas, sendo direta a associação entre as facilidades concedidas ao jornal com uma possível permissividade (ou mesmo uma corrupção ativa) por parte do mandatário nacional (D'ARAÚJO, 1992).

Mesmo com a morte de Vargas, a publicação continuou com a mesma linha em seu editorial e em sua organização, defendendo os valores e políticos alinhados ao ex-presidente. Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros e a movimentação dos ministros militares e de várias lideranças civis para evitar a posse de João Goulart, a UH defendeu veementemente o direito de Jango assumir o cargo e, lembrando as ocorrências de 1954, indicou que a movimentação era parecida e que esses que se opunham não eram democratas, mas tinham apenas interesses próprios para apossarem-se do poder, já que não o conseguiam pelo voto (FIDELIS, 2021).

Partindo das perspectivas apontadas, o objetivo do artigo é analisar como a UH retratou e também procurou interferir no debate público e nas movimentações políticas que culminaram no Golpe de 1964. Nessa perspectiva, a análise deste artigo levará em conta as publicações da UH dos meses de janeiro ao meio de abril de 1964, que totalizam cerca de 160 edições (já que, normalmente, eram publicadas duas edições diárias em quase todos os dias da semana, excetuando-se os domingos). Serão considerados, principalmente, textos dos editoriais (escritos pelo chefe da redação, Paulo Silveira; Samuel Wainer administrava, nesse momento, a parte financeira, embora acompanhasse de perto a parte dos textos) e de seus principais colunistas: Flávio Tavares (correspondente em Brasília), Paulo Francis, Octávio Malta e Danton Jobim, além de algumas notícias, de maneira esporádica. A utilização desses vários espaços ocorre pela própria dinâmica da publicação, uma vez que, diferentemente da maioria dos periódicos da época, que concentravam suas visões e opiniões políticas em partes específicas de seus jornais,

essas apareciam, constantemente, nessas partes espalhadas, indicando a necessidade de recorrer a várias estruturas da UH, conforme a edição e o contexto.

Metodologia e reflexões teóricas

Para uma melhor reflexão sobre as ideias e práticas que embasaram a publicação, optou-se por utilizar o conceito de cultura política. O termo, colocado em pauta na ciência política estadunidense da década de 1950 por Gabriel Almond e Sidney Verba (1989), trazia em seu bojo a ideia de que, para uma compreensão mais ampla sobre a política na sociedade, era importante observar não somente as interações com as práticas institucionais, mas também com os hábitos do cotidiano – aspectos que não eram levados em conta, normalmente, nas análises sobre o assunto até então.

A compreensão dos efeitos da política em uma região (ou o oposto também, já que características próprias de um local influenciam diretamente na organização política de uma determinada localização) só seria completa (ou, pelo menos, mais ampla) se esses aspectos fossem levados em conta. Na obra em que o conceito é mais bem estruturado e, de certa forma, apresentado, foram feitas entrevistas em cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México), e, a partir das respostas, foram estabelecidos padrões de participação política e engajamento civil dessas populações em relação a suas instituições e seus partidos políticos (ALMOND; VERBA, 1989).

Embora esse *modus operandi* tenha sido amplamente problematizado, uma vez que suas conclusões levam em conta que alguns países possuíam uma participação mais efetiva e completa do que outros (nesse caso, os países ideais seriam os EUA e a Inglaterra), sendo modelos a serem seguidos por outros com um desempenho "inferior", o conceito ainda foi utilizado e ressignificado nas ciências humanas na segunda metade do século XX, mesmo em caráter crítico, por conta dessa perspectiva (CASTRO, 2008). Na historiografia, o conceito foi discutido e teve ampla utilização em vários países na Europa e

também no Brasil. Na obra *Para uma história cultural*, organizada pelos historiadores franceses Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (1998), o termo foi um dos verbetes explicados. Escrito por Serge Berstein (que organizaria, alguns anos após, outra coletânea específica sobre o assunto com enfoque na França), indicava os aspectos positivos de seu uso para a análise de inúmeras perspectivas da história francesa, em especial dos períodos contemporâneos (principalmente após a Revolução Francesa) (BERSTEIN, 1998).

Levando em conta a situação brasileira e a enorme influência da historiografia francesa em sua escrita, o conceito teve ampla aceitação e, ainda atualmente, é bastante utilizado e analisado em várias instâncias, com muitas obras e pesquisadoras e pesquisadores destinados a pensar seus usos para determinados momentos ou acontecimentos históricos no país (MOTTA, 2009). Para o período mais amplo estruturado neste artigo (1930-1964), trabalhar-se-á com a ideia de culturas políticas, uma vez que não é possível atentar para um único aspecto ou uma única perspectiva incrustados na sociedade ou nos grupos analisados. Em linhas gerais, pode-se apontar cinco grandes categorias (embora, obviamente, essas possam ser desdobradas em outras) para pensar as relações nesse contexto.

a) Cultura política liberal-autoritária: predominante no Brasil desde a crise do período imperial, essa perspectiva possuía como principais aspectos relacionados ao sistema republicano, em conjunto com ideias liberais, desde valores ligados a liberdades individuais até a presença diminuta do Estado na economia (embora ela fosse justificável em momentos de crise) e a participação ampla de vários setores da sociedade.

No entanto, esse grupo utiliza os valores conservadores em determinados graus, uma vez que, em inúmeros momentos, os limites à cidadania seriam justificáveis, como, por exemplo, a participação restrita de determinados setores da sociedade no processo eleitoral, já que alguns desses grupos não teriam capacidade o suficiente para participarem “corretamente” das eleições. Além disso, em todas as tentativas de golpe no

Brasil após 1945, tal grupo justificava o apoio a essas ações levando em conta que, embora a democracia fosse um valor fundamental a ser mantido, ela deveria ser restrita a grupos que “entendiam” como ela funcionava, ou seja, àqueles que coadunavam com seus valores instituídos.

Principalmente durante o Estado Novo, inúmeros intelectuais trabalharam em conjunto com o governo, sendo que muitos convergiam com as perspectivas autoritárias, e também totalitárias, que estavam consolidadas naquele período, com a iminência de uma nova guerra mundial (PAXTON, 2007). Das várias referências ao assunto, uma das publicações organizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), chamada *Cultura Política* (que circulou de 1941 a 1945), estruturou vários desses nomes para, entre outras coisas, legitimar a forma de governo presente ali naquele período (GOMES, 2005). No editorial da primeira edição, que era dirigida pelo jornalista Almir de Andrade, várias características da justificativa do autoritarismo de Vargas foram expostas pelo autor:

O verdadeiro ideal democrático impõe uma aproximação cada vez maior entre o governo e o povo, entre o Estado e o homem comum afim de que possa aquele servir, não meramente a fins políticos, mas essencialmente à cultura, à alegria, ao bem-estar, à felicidade de todos e de cada um em particular. O Brasil de hoje procura uma solução realista e humana para esses problemas, que o tocam de muito perto. Longe das ambições imperialistas, das perseguições e ódios de raças, das violências políticas e dos conflitos de privilégios e monopólios, nós vamos vivendo a nossa vida serena e confiante – feita de cordialidade, de confraternização e de esperança numa ordem social mais justa [...] (ANDRADE, 1941, p. 7).

No entanto, grande parte dos grupos que legitimaram o Estado Novo e defendiam o autoritarismo no Brasil acabaram por distanciar-se de Vargas, uma vez que muitos sofreram os efeitos das perspectivas que até então pregavam ser necessárias no Brasil. Pensando o momento analisado após esse período ditatorial, os principais representantes dessa cultura política, do ponto de vista partidário, estavam ligados à União Democrática Nacional (UDN), principal partido que aglutinava a oposição aos valores

instituídos por Vargas, e a parte significativa do Partido Social Democrático (PSD), agremiação de maior representatividade até 1966 (quando todos esses grupos foram extintos).

b) Cultura política militar: mesmo sendo uma instituição bastante antiga, os aspectos mais marcantes das ações dos grupos ligados a essa cultura política são mais perceptíveis a partir do final do século XIX, também no período de crise do governo de D. Pedro II e, de maneira mais específica, após a Guerra do Paraguai (1864-1870) (HOLANDA, 2005).

Após tal processo, que culminou na abolição da escravidão e, posteriormente, na Proclamação da República, os militares passaram a ter presença predominante na esfera política, interferindo em vários momentos cruciais do período estruturado, sobretudo nos golpes instituídos por diferentes grupos civis, que, sem a participação (seja coadjuvante, seja protagonista) dos membros das Forças Armadas, não teriam nenhum tipo de efetividade (1930, 1937 e 1945, além de três outras tentativas após essa data, até chegar ao derradeiro ano de 1964).

As principais características desse grupo que podem ser apontadas são: a estrita manutenção da ordem e a repulsa a qualquer perspectiva de mudança brusca da sociedade, além da defesa do desenvolvimento científico e intelectual da sociedade (o *slogan* na bandeira brasileira, "Ordem e Progresso", de origem positivista, sintetiza bem tais aspectos). Embora economicamente e, mesmo politicamente, essa cultura possuísse muitas convergências com a cultura política liberal-autoritária, na primeira o caráter autoritário era ainda mais exacerbado, uma vez que esse grupo reivindicava conter em si o "gérmen" da moral e estar "acima" dos políticos, pois não teria interesses pessoais, mas sim de organizar e manter a pátria no "caminho correto".

Inúmeras fontes trazem tal perspectiva, indicando um amplo cuidado dos militares em construir a ideia de apatridários e de que participavam da política não por vontade, mas sim por um designio da sua própria condição (o que, em tese, eles não desejariam, uma vez que não seriam

suas funções primordiais). Sendo assim, havia uma ideia de sacrifício, um martírio imposto aos militares para a entrada na política. Os discursos instituídos durante a Ditadura Militar e mesmo no período posterior refletem essa questão, apontando que as Forças Armadas não tinham funções políticas, mas que, caso necessário, os militares poderiam intervir para a manutenção da ordem.

Durante o período mais amplo desta pesquisa, a participação militar foi bastante efetiva. Entre 1930 e 1964, os quatro golpes estruturados efetivamente (incluindo as datas indicadas como os marcos) tiveram protagonismo militar, embora com participação de órgãos civis em todos eles. Nas narrativas militares sobre esses três períodos, havia pontos em comum: a ordem estaria corrompida por inúmeros elementos constitutivos na política, sendo dois aspectos muito frequentes nessa argumentação, a corrupção e o comunismo – com esse último estando muito presente nos discursos de gênese das movimentações de 1937 e na década de 1960.

Com a participação bastante efetiva de elementos das Forças Armadas na política brasileira, os militares buscavam um discurso que equilibrasse a pretensa neutralidade da caserna com a participação nas esferas de poder no país destinadas aos grupos civis. No fim dos anos 1940, já no final do mandato presidencial do Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), apontada por muitos autores como a principal construtora e difusora da ideologia militar ou, como é apontado neste trabalho, da sua cultura política (MIYAMOTO; GONÇALVES, 2000).

Pensando no escopo do artigo, uma análise preliminar deteve-se no período do objeto, de fato, da pesquisa. Em 28 de agosto de 1961, três dias após a renúncia de Jânio Quadros ao Executivo Nacional, foi publicada uma nota, em nome do presidente da Câmara dos Deputados e, interinamente, do Brasil (1961). Ranieri Mazzilli afirmava que, após consulta aos ministros militares, esses "manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Belchior Marques

Goulart" (BRASIL, 1961, n.p.). Ainda no mesmo manifesto, indicam que "já no tempo que exercera o ministério do Trabalho [...] demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes no meio sindical" (BRASIL, 1961, n.p.), finalizando: "No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou de sua influência em animar e apoiar [...] manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores" (BRASIL, 1961, n.p.) e

[...] ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares [...]. Na Presidência da República, o Sr. João Goulart constituir-se-á no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na guerra civil (BRASIL, 1961, n.p.).

c) Cultura política católica: o catolicismo enquanto força política no Brasil fora predominante em sua formação colonial e, mesmo no Império, com a separação entre Estado e Igreja preconizada na Constituição de 1891, ainda assim a Igreja Católica manteve-se extremamente influente no cenário político e social do país (SAVIANI, 2021).

Mesmo não participando diretamente da política institucional, os valores desse grupo influenciavam na política, defendendo uma espécie de "terceira via" entre o "capitalismo materialista" e o "comunismo ateu", buscando uma forma de desenvolvimento que conseguisse juntar os principais elementos positivos dessas correntes (busca pela união de um desenvolvimento econômico e tecnológico com uma justa distribuição das riquezas produzidas) (BUSERO, 2002).

No entanto, muitos intelectuais ligados à cultura política liberal-autoritária são próximos ou, em determinados momentos de sua produção intelectual, poderiam ser classificados dentro dessa perspectiva. Grande parte dos intelectuais ligados à cultura política católica defendiam alguns pontos em comum com a tradição conservadora e autoritária, uma vez que um dos pontos que os aproximava era o receio aos "ideais revolucionários" ou à "esquerda comunista", que teria como principal aspecto acabar com a moral e os

valores da família tradicional. Além disso, havia também uma certa recusa a valores modernos e ao desenvolvimento intelectual e mesmo às vanguardas culturais, também dentro dessa mesma preocupação: muitas dessas novidades significariam a corrosão das bases e do caráter tradicional do catolicismo, que, na interpretação desses intelectuais, seriam também parte da cultura tradicional brasileira (MICELI, 1979).

Um dos principais representantes dessa tradição, o crítico literário Alceu Amoroso Lima (conhecido também sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde) expôs essas preocupações em grande parte de sua produção literária, sendo uma das principais vozes dessa tradição no período abordado neste artigo. Já no final do discurso de posse da cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1935, o eminente intelectual católico brasileiro ressaltava esses princípios, com grande preocupação sobre os rumos tomados tanto pela sociedade brasileira quanto pela humanidade, em geral:

Séculos de inversão moral, de dispersão política, de injustiças econômicas, de caos estético, de diletantismo pedagógico, isto é, de empobrecimento e dissociação absoluta na ordem do espírito; e, ao contrário, de imenso, ordenado e sistemático progresso científico e mecânico, isto é, de enriquecimento e de concentração na ordem experimental e material, – colocaram nas mãos do homem moderno instrumentos de força desproporcionados à diminuição de sua fibra moral e de sua unidade espiritual. Quanto mais necessitava de ordem e hierarquia na inteligência para dominar as solicitações de mais em mais prementes de uma "civilização afrodisíaca" [...] mais renunciava o homem à posse de uma disciplina filosófica e moral segura. O resultado é a imensa perplexidade contemporânea, a pululação de perguntas sem resposta, que ouvimos repontarem de toda parte (LIMA, 2006, p. 1.379).

Vários desses pensadores, transitando entre bases católicas e autoritárias, estruturaram a corrente ideológica e política, bastante ativa na década de 1930, conhecida como Integralismo. Embora com bases bem mais antigas, tal pensamento tinha como principal aspecto exatamente o "resgate" dos valores cristãos como predominantes na sociedade ocidental, rejeitando a laicidade e todas as "modernidades" que adinham

do século XIX e início do século XX. Do ponto de vista político, reforçavam o veto à condição da Igreja apenas como um palco "religioso", levando em conta que a separação instituída no sistema republicano era falsa, já que a maioria da população ocidental era católica e, sendo assim, era justo que os valores dessa perspectiva fossem predominantes no direcionamento político dos países ocidentais (BERTONHA, 2018).

No entanto, o grupo liderado por Plínio Salgado não foi, necessariamente, o principal representante dessa cultura política, no campo da política institucional, a partir de 1945. O grupo de maior destaque foi o Partido Democrata Cristão (PDC), formado a partir da organização da agremiação de mesma base italiana e fundamentado, principalmente, nas ideias do filósofo francês Jacques Maritain (BUSETTO, 2002).

Dentro da ideia da "terceira via", a criação do PDC vinha de uma tradição de ação de intelectuais católicos já bastante antiga no Brasil, tendo como o principal expoente Alceu de Amoroso Lima, além de outros nomes que defendiam o desenvolvimento e a organização da política e do Estado brasileiro a partir das bases católicas (BUSETTO, 2002).

d) Cultura política comunista: organizada no país, sobretudo, a partir da Revolução Russa e da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, na verdade trazia em seu bojo características anteriores a essa formação, principalmente de grupos que buscavam mais direitos para os trabalhadores, sobretudo os de zona urbana. Em linhas gerais, esse grupo defendia princípios ligados ao fim das relações capitalistas e à organização de um governo com base popular, instituindo uma sociedade sem classes e de iguais chances a todas as pessoas. Embora o partido tenha sido mantido, na maior parte desse período, na ilegalidade, continuou desenvolvendo ações significativas, em especial entre a intelectualidade brasileira, tanto na Academia como, principalmente, na imprensa, tendo ampla influência em vários debates instituídos no período.

A formação do PCB trouxe, em seu bojo, várias

movimentações e disputas, sobretudo no campo de defesa de direitos do trabalhador e de medidas sociais, que já vinham desde o início do século e intensificaram-se nos anos 1920 (BATALHA, 2000), após a crise do sistema apontado, na historiografia, como período da Primeira República. Além disso, vários intelectuais, das mais variadas áreas e matizes, acabaram aproximando-se da agremiação, ajudando a consolidar as bases ideológicas do grupo, sempre afinadas e próximas das orientações dadas pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Em linhas gerais, o grupo buscou uma ação mais efetiva capitaneando as movimentações da Ação Nacional Libertadora (ANL), fundada em 1935 como uma espécie de contraponto ao autoritarismo crescente na Europa, bem como à Aliança Integralista Brasileira (AIB). Esse grupo congregou políticos e líderes de várias tendências distintas, embora o direcionamento das ações tenha efetivamente ocorrido por membros do PCB, sobretudo por Luís Carlos Prestes, antigo líder tenentista, que, voltando da União Soviética, assumiu a presidência simbólica do movimento e procurou pautá-lo de acordo com as perspectivas instituídas pelo PCUS (REIS FILHO, 2014).

A movimentação do grupo causou grande incômodo em vários setores, sendo que, sobretudo nos anos 1930, construiu-se um imaginário muito intenso contra o comunismo no Brasil, capitaneado tanto pelas culturas políticas liberal-autoritária, militar e católica como pelo governo Vargas, que encontrou nessa área uma justificativa bastante plausível para a quebra, lenta e inexorável, da democracia até 1937. De todas as culturas políticas até aqui apresentadas, a comunista foi a mais combatida, havendo movimentações das mais variadas matizes contra ela (e tal discurso foi o principal foco dos golpistas em 1964). Após o início da Guerra Fria, em 1947, tal perspectiva ganhou contornos ainda mais enfáticos, que chegaram à enorme ebulição política após o alinhamento de Cuba com o PCUS, em 1961 (MOTTA, 2002).

Em 1945, após quase dez anos presos, Luís Carlos Prestes e várias outras lideranças foram

soltos e, no crepúsculo do Estado Novo, posicionaram-se a favor de Vargas, que fora até então o principal carrasco do grupo. Essa imensa contradição, apontada por vários grupos nesse contexto, era explicada pela orientação adotada pelo PCUS: a indicação era que, no mundo que emergia do pós-Segunda Guerra Mundial, as seções comunistas se aproximassem das principais forças populares da época, uma vez que o mais importante seria conquistar posições no poder, para, a partir disso, criar as bases para as revoluções que implantariam o Comunismo (REIS FILHO, 2014). Segundo palavras do próprio Prestes, em julho de 1945:

Organizemos, pois, o nosso povo, especialmente as grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo e, fazendo uso das grandes armas da democracia – livre discussão, livre associação política e sufrágio universal –, marchemos com confiança e audácia para a frente, sempre prontos a esclarecer e educar politicamente o povo, a desmascarar e derrotar definitivamente seus inimigos trotskistas, fascistas e quinta-colunistas, sem esquecer jamais a afirmação do grande Stalin de que em política, para não nos equivocarmos, devemos olhar para diante e não para trás. Não para o passado, mas para o porvir, o futuro que nos cabe construir com os materiais de que dispomos, com as forças que efetivamente possuímos e na base da realidade econômica, social e política de nossa terra e do mundo. É o que nós, comunistas, havemos de fazer. Havemos de fazer com o apoio do povo [...] (PRESTES, 1947, p. 119).

Sendo um dos principais grupos de apoio ao movimento intitulado Queremismo, o PCB conseguiu ótimo desempenho eleitoral em 1945, elegendo um senador (o próprio Prestes, pelo Distrito Federal) e mais 15 deputados federais, sendo a quarta principal agremiação no processo eleitoral nacional (BRAGA, 1998). Com atividade destacada no processo da Constituinte de 1946, a trajetória legalista do partido foi curta, pois em 1947, após denúncia do deputado Barreto Pinto (PTB/DF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) optou por cassar o registro da agremiação, jogando-a novamente na ilegalidade.

Mesmo com a cassação, o PCB continuou com suas atividades, mantendo sua ampla influência no meio intelectual e na imprensa, além

de também participar de movimentações em várias campanhas políticas (SEGATTO, 1995). E, assim como na década de 1930, nos anos 1960 essa cultura política seria, novamente, o principal mote ou justificativa (embora não fosse a causa central) para a movimentação golpista que culminou em 1964.

e) Cultura política trabalhista: consolidada no governo Vargas, já trazia, em suas características, pautas e perspectivas anteriores aos anos 1930, tendo, nesses aspectos, pontos em comum com a cultura política comunista (embora seja importante frisar que, entre elas, não houve convergências ou mutualismo, mas sim divergências ou ampla competição). Os membros da cultura política trabalhista também preconizavam mudanças nas relações capitalistas, mas não em um caráter revolucionário, uma vez que não questionavam as relações entre empregadores e empregados, mas sim as desvantagens que esses possuíam e quais medidas poderiam ser feitas para a melhoria de condições dos trabalhadores.

Também defendiam a ideia de que o desenvolvimento do país, sob um viés estatista, era importante, pois traria benefícios tanto para os investidores quanto para os assalariados, já que todos ganhariam com a adoção dessa forma. A fundação do Ministério do Trabalho, em 1930 (intitulado também como Indústria e Comércio, na época), foi um marco significativo nessa perspectiva, uma vez que, até então, não havia um foco em específico nessa área, existindo pouca aproximação entre os governos e as lideranças ligadas aos sindicatos ou aos trabalhadores (GOMES, 2005).

Chamado de "Ministério da Revolução" pelo seu primeiro titular, o deputado federal e um dos principais articuladores da Aliança Liberal, Lindolfo Collor, as ações ministeriais procuraram estruturar uma legislação básica para os trabalhadores, entendendo que esses eram fundamentais para o bom funcionamento da economia do país e que, se bem organizados e tutelados pelo Estado, não fariam oposição nem "criariam problemas" ao *establishment*, não caindo na zona de influência dos comunistas e anarquistas, principais grupos

que buscavam consolidar-se nessa perspectiva.

Durante todo o período do governo Vargas, quatro outros nomes passaram pela pasta, tendo ações diversas, mas que, de certa forma, convergiram para o ponto central: o controle da legislação trabalhista e das benesses, que seriam tanto para os empregadores quanto para os empregados, dentro da lógica de "conciliação de classes" defendida por Getúlio e vários outros nomes ligados ao governo (FAUSTO, 2006). Ao final do Estado Novo, inúmeras ações tinham sido empreendidas no sentido de uma melhor regulação da situação dos trabalhadores, como, por exemplo, a regulação da jornada de trabalho em geral, da situação da mão de obra feminina e daquela dos jovens que ainda não completaram a maioridade, a regulamentação das aposentadorias e pensões, bem como a criação da Justiça do Trabalho, entre outras.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943, sistematizou e regulamentou, de maneira mais organizada, toda essa perspectiva estruturada até então. Capitalizando essas ações, Vargas estruturou ampla propaganda sobre esses feitos, destacando sempre o lado positivo para os trabalhadores. Sendo assim, a construção do "mito" em torno do nome do presidente foi bastante cuidadosa e procurou, em inúmeras situações, cooptar os bônus (e ocultar, convenientemente, os ônus) para tal (GOMES, 2005).

Exemplificando essa perspectiva, em um de seus vários pronunciamentos ao programa *Hora do Brasil*, o advogado Marcondes Filho, que foi o ministro do Trabalho mais longevo do período em que Vargas esteve no poder, sintetizou bem essa concepção, consolidando a ideia de que toda a estruturação trabalhista (e também do processo de industrialização, considerado um grande marco nas melhorias econômicas, segundo o autor) desse período dependia, sobretudo, da figura do atual presidente:

Foi uma verdadeira obra de medicina social preventiva que o Presidente Vargas realizou no Brasil, tratando do complexo capital-trabalho, com cuidados tais que nunca o assolaram males que pudessem conturbar o ritmo da paz brasileira. Tanto assim, que os 12 anos que transcorreram até agora podem ser contados

como uma nova era para o nosso povo, porque o país teve um surto de progresso industrial jamais realizado por qualquer outra nação, em tão curto espaço de tempo [...]. Multiforme, atingindo todos os setores e prevendo as principais situações, fatos ou problemas a serem tutelados pelo Estado, a legislação social brasileira acompanha o cidadão desde que ele se prepara para o exercício de uma profissão, desde a aquisição da qualidade legal de trabalhador, com a identificação profissional durante todo o tempo em que trabalha, até o dia em que, pela velhice ou invalidez, tem o justo repouso que lhe assegura o Estado através dos institutos de previdência social [...]. No mundo de amanhã terá o Brasil lugar de relevo, sobretudo como um exemplo de paz, de harmonia entre o capital e o trabalho, de entendimento entre governantes e governados [...] (MARCONDES FILHO, 1943, p. 255-259).

Politicamente, o trabalhismo teve como seu principal canal de divulgação e fortalecimento a ação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja criação foi direcionada por Marcondes Filho e pelos técnicos ligados ao Ministério do Trabalho, com base na agremiação trabalhista inglesa e tendo, como principal demanda, a manutenção das práticas e da memória viva dos trabalhadores em relação às ações recentes, sobretudo no Estado Novo. Na campanha presidencial de 1945, o movimento conhecido como Queremismo, cujos participantes eram trabalhadores que pediam a volta do sistema democrático e uma nova Constituição, mas sob a liderança de Vargas, foi organizado e estruturado por esse núcleo, que via uma possibilidade de manutenção do atual presidente no poder, agora em uma perspectiva democrática (FERREIRA, 2019a).

No entanto, o movimento acabou sendo uma das principais causas que acelerou a pressão para que Vargas se retirasse do poder. Até 1964, a cultura política trabalhista foi o maior alvo dos principais grupos conservadores do Brasil, representados pelas três primeiras culturas políticas abordadas neste texto. Tal perspectiva é a hipótese central deste artigo, em que se considera que o Golpe de 1964 foi, sobretudo, uma movimentação contra a herança e os ecos da forma de fazer política de Vargas, sendo que todos esses pontos eram representados, na construção discursiva do golpe, nas ações de João Goulart.

Obviamente, a divisão estruturada não tem a pretensão de esquadriñar todo o período ou de ser arbitrária e excluir outros grupos ou forças políticas atuantes. No entanto, parte-se do princípio de que essas cinco perspectivas foram as principais nesse contexto, sendo que, tanto nas discussões institucionais quanto em outros movimentos em diferentes segmentos da sociedade, normalmente se tratava de grupos ou ações ligados a, pelo menos, uma delas. No caso da UH, por ser uma publicação ligada diretamente a Getúlio Vargas e ao seu legado, sua visão estava mais próxima da cultura política trabalhista, defendendo grande parte dos pontos instituídos por essa.

No caso do Golpe de 1964, é possível apontar uma disputa entre, de um lado, os liberais-autoritários, militares e católicos, imbricadamente ligados no sentido de depor Jango e instituir um governo com caráter próximo às suas perspectivas e, de outro, os comunistas e trabalhistas, atuando em conjunto para manter a Constituição resguardada e evitar a institucionalização de medidas que terminariam por solapar os aspectos democráticos no Brasil naquele período. No entanto, é de extrema importância indicar que, embora seja possível afirmar que essas convergências ocorreram nos momentos anteriores ao golpe, elas não eram automáticas e, muito menos, orgânicas: existiam diferenças e oposições bastante intensas entre as duas duplas "aliadas", mesmo que com alguns pontos em comum.

Sendo assim, neste artigo, admitir-se-á que a UH teve pautas alinhadas com os trabalhistas, enquanto grande parte da imprensa do período, principalmente a de maior circulação, tinha suas pautas próximas àquelas dos liberais-autoritários. Embora ciente dos riscos dessas afirmações, considero que elas são necessárias para otimizar os princípios instituídos no texto, bem como dar um direcionamento mais preciso para o conteúdo analisado em si.

Os primeiros meses de 1964 e a intensificação do embate político

Em relação ao ano de 1964, as páginas da UH

apresentaram as efervescências relacionadas ao que viria a ser o crepúsculo do governo de Jango, sempre mantendo o tom divergente da maioria dos grandes impressos da época, defendendo as medidas e as ações do líder do Executivo e de sua equipe contra os ataques cada vez mais intensos dos inúmeros grupos opositores.

Na publicação da mensagem de Ano-Novo, o presidente manteve o otimismo e anunciou que 1964 seria um ano de boas-novas ao país, sendo que provavelmente as Reformas de Base sairiam do papel (JANGO: AS..., 1964). No entanto, tal clima esvaneceu-se já no dia seguinte, com as páginas das edições referenciando uma possível indicação para um golpe de Estado em Brasília, com praticamente todo o clima de otimismo do dia anterior tendo "caído por terra" (JANGO: TRÊS..., 1964).

As Reformas foram as principais pautas apontadas por Jango desde o início do governo, sendo retomadas com mais afinco após a revogação do parlamentarismo, em janeiro do ano anterior. Esse planejamento foi uma pauta muito cara ao PTB; desde a década de 1950, os trabalhistas estruturavam essas perspectivas, tendo como base mudanças nos mais variados âmbitos da sociedade, como infraestrutura, educação, saúde e habitação (FERREIRA, 2011).

Um dos aspectos mais importantes foi a Política Externa Independente (PEI), apontada por Flávio Tavares como o principal elemento, naquele início de ano, para a oposição ao governo de Jango (POLÍTICA..., 1964). Tal ação era, na verdade, a continuação da política externa preconizada pelo seu antecessor, sendo um dos principais pontos de atrito entre Jânio e os grupos da cultura política liberal-autoritária e militar (MANZUR, 2014).

Se no caso de Jânio, notadamente conservador e com inúmeros discursos anticomunistas, a pressão para revogar os contatos com os países considerados inimigos (ligados à esfera de influência soviética, sobretudo) foi gigantesca, em relação a Jango a pressão seria ainda maior, uma vez que ele era visto, diferentemente do presidente anterior, como alguém simpático às ideias desses países, sendo esse um elemento

fundamental de porta de entrada para tais ideias no Brasil (FERREIRA, 2011). As posturas a favor da não intervenção dos EUA em Cuba, bem como das independências das colônias africanas e da emancipação dos países do Hemisfério Sul, indicavam, para seus opositores, que Jango se aproximava pouco a pouco desses grupos subversivos, levando o Brasil, cada vez mais perto, para os braços (ou as garras) do comunismo (MANZUR, 2014).

Embora tais assuntos não frequentassem diariamente as páginas da UH, recorrentemente eles apareciam, sobretudo vindos de discursos feitos pelos principais nomes da oposição. No editorial *Palhaçada e afronta*, publicado na capa do dia 17 de janeiro, o jornal voltou-se vivamente contra declarações de Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Carvalho Pinto, que teriam acusado Jango de estar utilizando as Reformas e ações populares para consumir um golpe de Estado ao seu favor (PALHAÇADA..., 1964), quando na verdade estaria ocorrendo o oposto (BENEVIDES, 1981). Nessa mesma edição, foi dado destaque a um possível chamamento de Lacerda a Barros e outros nomes contra o que o então governador da Guanabara teria chamado de "Guerra Vermelha" (LACERDA..., 1964).

Ao mesmo tempo em que o clima continuava extremamente instável, o governo buscava ações afirmativas em relação às mudanças e novidades, aspectos os quais eram enfatizados de maneira bastante efetiva pelo periódico de Samuel Wainer. Na capa da edição do dia 21 de janeiro, a manchete destacava uma fala de Jango: *Faremos em Sete Quedas a maior hidrelétrica do mundo*, indicando um acordo com o Paraguai (curiosamente administrado pelo ditador Alfredo Stroessner), que daria origem, já sob o período da Ditadura Militar no Brasil, à Usina de Itaipu (MENEZES, 1987). Nessa mesma edição, com o texto *Jango completa a revolução que Getúlio Vargas iniciou*, a UH mantinha viva a conexão entre seu principal nome e Jango, alimentando o vínculo entre os dois políticos (JANGO COMPLETA..., 1964).

A cobertura da UH coadunava com a perspectiva apontada por Jango, durante o ano de

1964, de buscar apoio às Reformas não entre a classe política (principalmente a parlamentar, que demonstrava cada vez mais desconforto com suas ações, embora não existisse nenhum rompimento), mas sim entre os grupos de cunho mais popular, bases que eram atingidas diretamente pela cultura política trabalhista, sobretudo os sindicatos (sejam urbanos, sejam rurais) e as patentes das Forças Armadas que o apoiavam (em especial as mais baixas na hierarquia militar). Em linhas gerais, o presidente entendera, naquele contexto, que seria mais interessante legitimar a demanda pelas mudanças na sociedade; com essas reivindicações asseguradas pelo apoio popular, Jango conseguiria um capital maior para negociar, no Congresso e com a elite econômica do país, a implantação das mudanças às quais visava (MONIZ BANDEIRA, 2010).

No editorial *Abastecimento*, de 13 de fevereiro, a UH abordara uma preocupação constante em suas páginas, o preço da comida e o custo de vida para os trabalhadores, defendendo que esses valores eram altos no Brasil por falta de, entre outras coisas, uma reforma agrária estruturada para o melhor uso da terra e o aumento da produtividade (ABASTECIMENTO, 1964). No dia seguinte, o jornal dedicou a capa e a reportagem principal dessa edição para uma entrevista com o antropólogo Darcy Ribeiro, que fora ministro da Educação e era o atual chefe da Casa-Civil do governo. Com a manchete *Conspiração de Jango é contra os privilegiados*, a entrevista de Ribeiro era extremamente crítica aos "golpistas de direita", com vários detalhes que foram analisados pelo próprio jornal, no mesmo dia, no editorial *Definição* (1964).

A partir desses aspectos, a UH passou a defender, com ainda mais afinco, as Reformas. Na edição do dia seguinte, foi dado amplo destaque para as declarações do deputado federal e ex-ministro da Fazenda de Jango, San Tiago Dantas, indicando que as mudanças propostas pelo governo eram a única saída para a manutenção do regime democrático no Brasil (SAN..., 1964). Ainda nessa esteira, na edição seguinte, o editorial posicionou ainda mais a UH no debate,

defendendo de maneira enfática as reformas de Jango e corroborando as versões estruturadas, em suas páginas, por Darcy Ribeiro e San Tiago Dantas nos dias anteriores (FRENTE..., 1964).

É importante levar em conta que San Tiago Dantas defendia a formação de uma frente ampla e propôs que as mudanças indicadas por Jango, sobretudo as Reformas de Base, fossem feitas pelas regras democráticas e não por sua quebra, como defendiam determinados setores da esquerda, principalmente aqueles liderados por Brizola (e criticados pelo jornal). Assim, a UH mantinha-se engajada na defesa do governo Jango e na manutenção de um espaço, no campo jornalístico, de ressonância das ações propositivas do governo, em contraponto à cobertura amplamente negativa que as outras publicações estruturavam para esses aspectos, denotando a força da oposição contra o então presidente (CARVALHO, 2010).

A nova perspectiva de ação de Jango, legitimada pelas páginas da UH, teria como um marco popular inicial a realização de um comício na antiga capital brasileira, no dia 13 de março, para demarcar o início da consecução das Reformas. Chamado no momento de Comício das Reformas (na historiografia, o termo acabou sendo modificado, sendo mais consagrado o termo Comício da Central, em referência à popular estação de trens no Rio de Janeiro), tal evento vinha sendo organizado e conclamado pelos principais grupos envolvidos com a cultura política trabalhista (FERREIRA, 2011).

Nas últimas edições de fevereiro, a UH continuou a denunciar os movimentos oposicionistas, mas dedicou boa parte de suas páginas a continuar criando um cenário positivo para o governo, apontando que as ações para o povo eram a principal arma contra os movimentos golpistas. Tal volume de otimismo com Jango aumentava à medida que o Comício se aproximava. No editorial *Ninguém arrancará das mãos de Jango a bandeira da liderança popular no país*, a UH fortalecia o protagonismo do presidente contra críticas de seu cunhado, Leonel Brizola, que pedia por mudanças mais efetivas e radicais no

país, perspectiva com a qual a publicação não concordava. Nesse editorial, declarou que a "liderança popular de Jango está alicerçada em quase quinze anos de atividade corajosa e coerente em favor da consolidação e da ampliação das justas reivindicações das classes trabalhadoras" e que todo o seu esforço naqueles últimos meses "confirma que, como Presidente da República, João Goulart prossegue na mesma rota que o conduziu à liderança das forças populares nacionais" (NINGUÉM..., 1964, p. 1).

Pelas páginas da UH, mesmo que não fosse o enfoque, ficava bastante óbvia a intensa polarização pela qual o país passava nesse início de 1964, em um grau de fervura bem mais acentuado do que ocorrera nos anos anteriores, aproximando-se dos períodos de fortes inflexões desde a democratização: 1954 (crise do governo e suicídio de Vargas), 1955 (ameaça de impedimento da posse de JK e do próprio Jango) e 1961 (renúncia de Jânio Quadros e movimentação contra, novamente, a posse de Jango) (FERREIRA, 2019b). Embora a ênfase do jornal de Wainer fosse nas movimentações positivas e propositivas do governo, suas páginas não estavam fechadas às ações contrárias: longe disso, elas ganhavam destaque, na medida em que eram representadas como alertas dos imensos perigos que o político gaúcho estava por enfrentar.

Tal aspecto é bastante visível no editorial *Guer-ra psicológica*, de 9 de março, que fazia uma espécie de lista de grupos e órgãos que estariam atuando contra Jango, com destaque para as ações políticas, militares e da imprensa para a desestabilização e o fim do governo (GUERRA..., 1964). Na véspera do Comício, as capas das edições destacaram uma fala de Jango em pronunciamento no arsenal da Marinha: "*Comício não ameaça o povo: a fome, sim*". Essa fala era acompanhada de um texto que buscava legitimar o evento e, conseqüentemente, valorizar as ações do próprio presidente (12/3/1964).

Com o Comício tendo sido realizado em uma sexta-feira (fato ironizado pelos opositores, por ocorrer em uma "sexta-feira 13"), ao final da tarde, a sua repercussão foi publicada nas páginas da

UH nas edições de sábado, com praticamente toda a edição da manhã dedicada ao acontecimento, apontado como o "maior comício do Brasil". A manchete *O povo com Jango começa a reforma* (14/3/1964) foi acompanhada de inúmeras imagens e declarações do presidente, tendo como destaque a assertiva de Jango em defesa de mudanças na Constituição para a consecução das Reformas, além da ênfase na encampação de refinarias e na desapropriação de terras. O discurso presidencial foi publicado na íntegra, e, nas páginas do jornal, houve uma imersão no Comício, com uma abordagem bastante efusiva e contagiante sobre o grande acontecimento (JANGO: REVER..., 1964).

É importante levar em conta que, para além da já recusada e polêmica questão envolvendo a reforma agrária, havia outros pontos defendidos de mudanças na Constituição (ou bases para a escrita de uma nova), como reformas mais amplas nos espaços urbanos (realocando locais para aumento de moradias, assim como na reforma agrária) e na educação – com a implantação de modelos universitários como os instituídos na Universidade Federal de Brasília (UnB), além da implantação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) (FIDELIS, 2022b) –, a permissão do voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente, as mudanças bancárias e tributárias (que subordinariam movimentações bancárias do mundo privado ao Banco Central) e um referendo sobre a implantação ou não das Reformas de Base, entre outras coisas (FERREIRA, 2011).

A reação às falas do Comício foi bastante intensa, uma vez que a oposição via tal movimentação como uma afronta de Jango ao regime, com acusações de querer implantar um regime sindicalista ou, pior, um governo de base comunista no país. Nas edições do dia 16 de março, as capas e as principais reportagens foram dedicadas ao encaminhamento das propostas de Jango ao Congresso, com ênfase no pedido pela realização de mais um plebiscito, dessa vez para um possível apoio (ou rejeição) da população pelas Reformas e mudanças na Constituição (JANGO AO..., 1964). No entanto, a oposição passou a arti-

cular o *impeachment* do presidente, além das já conhecidas movimentações dos governadores para a deposição do mandatário, com declarações de Ademar de Barros e Carlos Lacerda pedindo abertamente a sua saída.

Nas edições do dia seguinte, o enfoque foi completo na reação contra a movimentação do Comício, como evidenciado na manchete "Oposição em desespero – derrubar Jango antes da Reforma", problematizando a ampla radicalização de vários setores no Brasil contra as ações do presidente, aspecto que causava indignação na UH. Ainda nessa edição, o editorial *O pânico e a mensagem* sintetizou bem o clima que existia em Brasília nesse contexto e, sobretudo, a visão da UH sobre o processo, indicando que a possibilidade das Reformas causava pânico em vários setores, especialmente nos dirigentes políticos conservadores e na imprensa, que foram os dois principais alvos do texto (O PÂNICO..., 1964).

Como contraponto, nesse mesmo dia a UH reafirmou a relevância e a legitimidade das demandas colocadas por Jango, indicando novamente que as principais lideranças militares e sindicais estavam com ele e garantindo que as Reformas ocorreriam mesmo com a reação virulenta dos opositores, que estariam se articulando ferozmente para "derrubá-lo" do poder (OPOSIÇÃO..., 1964).

A realização do Comício e as ações propostas por Jango, nesse ato, demarcaram um novo momento para o governo e para a história brasileira, já que em nenhum outro período de seu governo o presidente fora tão enfático e direto em relação aos seus interesses. Atendendo uma das principais demandas de vários setores da cultura política trabalhista, que cobravam um posicionamento mais firme e explícito do político, o mandatário nacional estruturara, de fato, seus interesses e as mudanças que pensava serem as melhores para o Brasil, naquele momento (MOREIRA, 2014).

Reação ao Comício e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Há um imenso debate em relação ao início e à

estruturação da movimentação golpista contra o governo de João Goulart e o regime democrático, que culminou nas ações militares e na condução de Humberto de Alencar Castelo Branco ao poder, em 15 de abril de 1964. Considerando o escopo do artigo, o debate será centrado no ano do golpe em si, embora, ocasionalmente, outras datas possam ser comentadas, uma vez que esse tipo de movimento não era recente, sendo que sua gênese pode ser pensada desde as movimentações contra Vargas, seja em 1945, seja em 1954 (FERREIRA, 2019b).

O assunto vinha sendo debatido na UH já há algum tempo, dado que existia uma ameaça constante de golpe desde a conturbada posse de Jango, em setembro de 1961 (FERREIRA, 2011). Na edição do dia 23 de janeiro, a publicação trazia à tona tal perspectiva, enfatizando a movimentação dos militares. Embora com declarações de Jair Dantas de que não haveria nenhum golpe, a reportagem *Militares estudam chantagem golpista* trazia informações de que ocorriam movimentações de várias lideranças militares para que se criasse um clima como o de 1954, a fim de que pudesse ocorrer um novo golpe. Já no dia 24, a coluna de Flávio Tavares reafirmava tal ponto, indicando que o caminho para a oposição, nesse momento, era a luta armada, pois não restariam opções viáveis ou democráticas para tal (TAVARES, 1964a).

Após a realização do Comício, ganhou destaque um evento, organizado em São Paulo, intitulado Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que deveria ser utilizado como palanque para os opositores pedirem o fim das ações "subversivas" do governo e a saída de Jango do cargo (DREIFUSS, 1981). A imprensa, que já vinha sendo bastante criticada pela UH em sua abordagem, recebeu um enfoque especial nas edições do dia seguinte. Em sua coluna, Octávio Malta enfatizou os pormenores dos principais jornais do Rio de Janeiro, todos contra as Reformas, em especial a agrária, aspecto que o experiente jornalista condenou veementemente (JORNAIS..., 1964).

O evento, organizado por entidades femininas e setores do clero (grupos ativos da cultura

política católica), procurou ser um contraponto ao Comício, na medida em que não via as colocações como meramente políticas, mas sim, dentro da ideologia religiosa colocada, como algo que transcenderia e seria mais importante do que o jogo eleitoral (CORDEIRO, 2021). No entanto, mesmo com essa perspectiva, sendo a data escolhida, dia 19 de março, relacionada à São José (padroeiro da família), a questão política era bastante explícita: a organização do evento partiu do deputado Cunha Bueno (PSD/SP), com apoio do governador Ademar de Barros e teve a participação de vários nomes de destaque na política, entre eles Auro de Moura Andrade e Carlos Lacerda.

A abordagem da Marcha, na UH, teve momentos distintos no dia 20. Na edição matutina, o assunto foi abordado de maneira tímida, apresentando uma pequena chamada na capa, a qual enfatizava que Plínio Salgado e Herbert Levi pediram uma nova Revolução de 1932 em São Paulo, e as colunas de Francis e Malta, que abordaram as falas do ex-presidente Dutra no ato, criticando-o efusivamente por conta disso. Em seu texto, Francis afirmara que a "união nacional", que "tem o propósito de derrubar Jango", estava "fadada ao fracasso", chamando Lacerda de fascista e afirmando que, apesar dessas movimentações, "as liberdades democráticas serão preservadas", pois não "há clima no País para que caiam" (FRANCIS, 1964a, p. 3).

No entanto, na edição vespertina, o ato foi abordado com amplo destaque; a manchete foi *Revolução contra as reformas*, título baseado em uma fala de Plínio Salgado, um dos principais oradores do ato, cuja foto na edição fazia uma alusão a Hitler, evocando o peso do Integralismo em sua trajetória (PLÍNIO..., 1964). Nessa edição foi destacada, além dos acontecimentos da Marcha em si, a reação de Jango (que já havia sido publicada na versão matutina, embora agora estruturada com maior ênfase) às falas de que ele planejava um golpe de Estado para tornar-se ditador do país ou para ser reeleito; o presidente negou veementemente tal fala e indicou que jamais aceitaria ou faria tais prerrogativas (JANGO:

NADA..., 1964).

No dia 23 de março, no editorial *Deus e Reformas*, no espaço *Opinião da "UH"*, que voltaria a partir daquela data (os editoriais vinham sendo publicados na capa), o jornal criticou de maneira veemente a mistura entre religião e política, sobretudo pela oposição feita às Reformas de Jango (embora não exista nenhuma referência direta à Marcha, no editorial). Em um texto ainda dentro da coluna, *Conspiração e loucura*, o tom é mantido, mas direcionado a Ademar de Barros, outra vez extremamente criticado na publicação, sendo apontado como um dos principais articuladores da oposição contra Jango (e, embora também não esteja diretamente mencionado no texto, é importante frisar que foi um dos principais organizadores do evento do dia 19 de março em São Paulo) (CONSPIRAÇÃO..., 1964).

Nas edições do dia 23 de março, foram realizadas novas declarações de Jango, que reafirmavam que as mudanças propostas na Constituição eram importantes para a consecução das Reformas e a melhoria do país: "A Constituição só se preserva quando se renova, isto é, quando vai ao encontro do povo e das grandes aspirações nacionais" (JANGO: – Reforma..., 1964, p. 4). Na segunda edição, foi publicado o editorial *A grande deformação*, que criticava de maneira veemente o clima criado pela oposição, em geral, para a desestabilização e para o fim do governo de Jango, indicando que a direita agia da mesma forma que havia feito nos finais dos governos de Getúlio e Jânio e que era evidente que ela tentava "um 1961 branco", referindo-se a um novo impedimento de Jango (A GRANDE..., 1964).

Dessa forma, a UH procurou contrapor-se à imensa repercussão positiva da Marcha na imprensa, buscando assim fortalecer o posicionamento da cultura política trabalhista diante da liberal-autoritária, com apoio também das culturas políticas católica e militar. Sendo assim, a intensificação das movimentações a favor ou contra Jango e a assertividade cada vez maior da publicação carioca, bem como de outros jornais contrários ao governo, trazem um indicativo bastante importante sobre o panorama do período,

levando à análise de como o tema das Reformas era extremamente sensível à política e, de certa maneira, à sociedade brasileira (ou, pelo menos, às suas principais lideranças).

O caso da Marinha e a intensificação da crise

Nos últimos dias de março, a abordagem da UH concentrou-se, basicamente, em denunciar toda a movimentação golpista tramada contra o mandato de Jango, que seria realizada após as comemorações da Páscoa, segundo informações de Flávio Tavares. No texto *Golpe de Aleluia visa cêrco de Jango* (1964), o jornalista indicava que os governadores de três entre os principais estados do Brasil no contexto (SP, MG e GB) articulavam a movimentação entre os mandatários estaduais, relatando que Carlos Lacerda e Magalhães Pinto haviam conferenciado recentemente em Belo Horizonte (havia uma foto nas edições desse dia, mas fora da coluna, do encontro entre ambos), enquanto Ademar viajara até o RS para conseguir a adesão do governador Ildo Meneghetti, que teria cedido às tratativas. Sem especificar, Tavares também apontou que alguns governadores no Nordeste e membros do Congresso articulavam o plano em acordo com esses grupos (uma outra coluna no jornal, *Congresso em revista*, atestava que os principais líderes da UDN eram os mentores de todo esse processo), afirmando que havia negociações para uma ação coordenada, em nível nacional, para a derrubada do governo Jango (GOLPE DE..., 1964).

No dia seguinte, receberam destaque declarações de Jango nas quais afirmava não temer um novo "Agosto de 1961", assegurando que se manteria inflexível no caminho das Reformas e que não se acovardaria diante de toda essa trama que estava se estruturando (JANGO NÃO..., 1964). Em sua coluna nas edições dessa data, Tavares relatou pressões do PTB e do PSD para uma possível reforma ministerial com o objetivo de enfrentar essa mobilização no período, abordando um aspecto pouco explorado na publicação até então, as críticas e pressões que Jango sofria de sua base aliada (TAVARES, 1964b).

Ainda nessa data, um texto curto na base editorial (que, desde que voltara a ser publicada, trazia de dois a três textos com menor extensão, em contraponto a um texto único, que era o formato anterior) sintetizou de maneira bastante instigante o cenário da época, na perspectiva defendida pela publicação. A argumentação do texto, intitulado *Duas posições*, trouxe uma reflexão pontual sobre o período, conforme a cultura política defendida pela UH. De um lado, "a Oposição cuidando das marchas e contra-marchas para evitar as reformas, ao mesmo tempo que lança o terror contra as que defendem" e, de outro, "o Governo, plena e vigorosamente identificado com o povo, e por isso resistindo às tormentas e podendo continuar, tranqüilamente, seu trabalho". De maneira irônica, o texto encerra-se do seguinte modo: "Talvez por isso, um prelado da Oposição outro dia desabafou: 'o Brasil fugiu de nossas mãos'. Fugiu, é claro, para não ser estrangulado..." (DUAS..., 1964, p. 4).

Seguindo esses aspectos, o decisivo episódio dos marinheiros ganhou amplo destaque nas páginas da UH no fim de março. O clima era de alarme: com a manchete *Tensão no país com a crise na Marinha*, a publicação defendia a sublevação dos marinheiros, valorizando inclusive a presença de João Cândido no processo (fazendo comparações com a Revolta da Chibata,² de 1910, efeito esse utilizado para evidenciar as difíceis condições de vida pelas quais os marinheiros ainda passavam), e a luta dos trabalhadores das Forças Armadas por melhores condições de vida. No entanto, o ministro da Marinha, Sílvio Mota, teria pedido demissão, e a publicação carioca temia que, com esses fatos, a oposição utilizasse tal aspecto como pretexto para justificar o golpe que vinha sendo tramado (REAÇÃO..., 1964).

No editorial *A crise*, a UH defendeu o direito de manifestação dos marinheiros e, sobretudo, que o impasse se resolvesse dentro da legalidade, apelando para que não existisse nenhum movimento fora das linhas da Constituição de 1946

(A CRISE, 1964). No entanto, Flávio Tavares, em sua coluna, afirmava que Brasília estava "parada", confirmando que as lideranças que se mobilizavam anteriormente para tirar Jango do poder estavam utilizando o episódio de sublevação na Marinha para justificar a urgência de seu ato (TAVARES, 1964c).

Nas edições do dia seguinte, o jornal retomou seu *modus operandi* de trazer soluções e notícias boas em face das adversidades que surgiam. Com a manchete *Decisão de Jango resolveu a crise*, a UH elogiou intensamente a ação do presidente diante da crise, elogiando a escolha do novo ministro da Marinha, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, principalmente no texto *Saldo positivo*, no qual se enaltecia a condução do presidente em todo o processo (SALDO..., 1964). No entanto, mesmo com esse tom otimista criado nas páginas do jornal, a imensa preocupação com a ação oposicionista não desapareceu. No editorial *Outras crises virão*, o retrato pintado era de que tormentas como essas viriam, tendo em conta o clima de distensão que existia na política (OUTRAS..., 1964). Em relação aos colonistas, os textos oscilavam entre esses dois aspectos: Tavares, Francis e Jobim elogiaram intensamente o posicionamento conciliatório de Jango nesse processo, embora cada um elencasse, ao seu modo, as movimentações oposicionistas que visavam a fomentar a crise até a ruptura democrática.

Na coluna de Tavares, o enfoque foi nas ações no Congresso, uma vez que seus representantes não estariam dispostos a aceitar a anistia concedida por Jango aos marinheiros e que o presidente da casa, Ranieri Mazzilli, teria adiado uma viagem à Europa para acompanhar os desdobramentos da situação (TAVARES, 1964d).

Em relação ao texto de Jobim, a ênfase recaiu sobre Brizola, com forte crítica a esse político e aos setores da base do governo que eram contrários às ações do presidente (postura que passara a ser recorrente na UH), defendendo que tal postura não traria, absolutamente, nenhum

² É importante lembrar que a revolta dos integrantes da Marinha ocorrida em 1910 passou a ser conhecida dessa forma após a publicação da obra intitulada com essa mesma expressão, escrita pelo jornalista da UH Edmar Morel, na qual realizou uma análise mais aprofundada do caso, com várias entrevistas e apurações de algumas situações em aberto na época (MOREL, 2016).

ganho para o país e para o sistema democrático (O GRANDE..., 1964).

Por fim, o texto de Paulo Francis passava por um personagem que apareceria em dois outros momentos na publicação, a figura do chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto de Alencar Castelo Branco. O jornalista mencionou que Castelo Branco, Ademar de Barros e dom Jaime Câmara (arcebispo do Rio de Janeiro e um dos principais nomes de oposição contra o governo) seriam os principais líderes do golpe de Estado que estava sendo articulado contra o presidente, apontando que o discurso anticomunista era cada vez mais inflamado, tendo em vista que o objetivo não era evitar o desenvolvimento desse sistema no país, mas sim derrubar o presidente; o texto finalizava a análise com a assertiva de que, caso isso realmente ocorresse, uma guerra civil seria iniciada no Brasil, uma vez que Jango reagiria e não entregaria seu cargo para os golpistas (FRANCIS, 1964b).

O golpe em si e os ataques à UH

Embora o golpe não tenha ocorrido na Páscoa, como retratado, o clima para sua execução já estava estabelecido, segundo as páginas da UH das edições seguintes. Com a manchete *Golpe explora a crise na Marinha* (1964), a UH informava que os principais grupos oposicionistas utilizavam os acontecimentos apontados na manchete para pedirem, de maneira mais explícita, a saída de Jango do poder. O caso ganhara grande dimensão, na medida em que, na ordem militar daquele contexto, não importando o órgão das Forças Armadas, era proibido qualquer tipo de manifestação ou greve, o que infligia em ampla quebra de hierarquia (NAPOLITANO, 2014). Sendo assim, tal sublevação pública dos marinheiros era encarada, pela oposição a Jango, como uma clara quebra da ordem e o início dos planos de um possível golpe orquestrado pelo mandatário nacional (NAPOLITANO, 2014). Da parte da UH, a perspectiva era contrária a esse aspecto: em linhas gerais, a publicação indicava que tal ato estaria sendo explorado pelos adversários do presidente como forma de desestabilizar, ainda

mais, seu mandato.

No editorial *A Marinha não morre*, publicado nas edições do dia 30 de março, o jornal criticava vivamente a imprensa em geral, indo diretamente contra as declarações de alguns jornais e do "pensamento dos círculos conservadores-reacionários" de que a Marinha tinha "morrido" após o acontecido. O editorial defendia que o órgão que teria morrido seria aquele de antes de 1930 (cujos trabalhadores possuíam condições ainda piores de trabalho e eram ainda mais perseguidos, havendo várias revoltas contra tal situação, sendo a Revolta da Chibata a mais importante) e que agora os trabalhadores, com ainda mais consciência política do que no período anterior, movimentavam-se por melhores condições de trabalho contra os desmandos praticados pelos seus superiores (A MARINHA..., 1964).

Nessa linha, Paulo Francis abordou a movimentação dos marinheiros não só como um direito, mas também como um "pedido de socorro", afirmando que eles possuíam toda a prerrogativa de fazê-lo. E, ainda em sua coluna, com o título *Disciplina e Justiça*, o autor afirmou que o golpe de Estado que estava sendo tramado era organizado, basicamente, pelos mesmos grupos e militares que faziam isso desde a primeira movimentação contra Vargas, relembrando novamente a mobilização contra o político "patrono" da publicação, além de apontar que a ausência de punição mais severa a esses militares, nas três situações anteriores, seria uma das principais causas para que eles estivessem, agora, a conspirar abertamente contra o presidente e, principalmente, contra a ordem estabelecida (DISCIPLINA..., 1964).

Ainda nessa data, na coluna de Flávio Tavares, era detalhado o "passo a passo" do golpe, que estaria sendo mais estruturado e articulado em São Paulo, a partir da liderança de Ademar de Barros. Em sua coluna, com o texto *Em São Paulo a chave da conspiração*, o jornalista declarou que o governador paulista se tornava o principal articulador naquele momento, tendo convencido Magalhães Pinto a participar definitivamente do processo; em conjunto com Carlos Lacerda, Ademar tentava influenciar membros do Judiciário

(embora não tenha sido especificado nenhum nome) a participar do processo, ensaiando um ato parecido com o de 1945, quando José Linhares assumira a presidência da República na "renúncia" de Vargas (tal papel caberia, naquele momento, ao então presidente do STF, Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa) (TAVARES, 1964h).

A edição matinal do dia seguinte, assim como a de várias datas importantes desde a existência da publicação, foi marcada por textos e informações conflitantes: em algumas colunas e clichês, textos reiteravam a força de resistência de Jango e afastavam a possibilidade de qualquer movimentação armada; em compensação, em outros espaços havia detalhamentos sobre os planos estruturados e o início da ação em Minas Gerais, a qual viria a ser o estopim do Golpe que seria perpetrado e sacramentado nos dias a seguir. A manchete e toda a capa, em geral, foram dedicadas a destacar a força de Jango perante os fatos, trazendo como título uma fala do presidente no clube dos sargentos – *Eu não permitirei a desordem em nome da ordem* – e fotos do mandatário, expondo sua liderança e seu carisma diante de uma plateia animada e disposta a seguir todos os seus passos naquela situação. No entanto, na capa da edição vespertina o tom otimista fora um pouco abrandado, trazendo outra declaração de Jango como manchete – *Não queremos o Congresso fechado* (1964), que mantinha o tom otimista, mas de maneira um pouco mais suavizada, uma vez que as evidências de uma movimentação pela força contra o presidente abundavam nas páginas das duas edições.

No editorial *Responsabilidade do Congresso*, Paulo Silveira (1964) defendeu que o grande pêndulo para um possível golpe era o Congresso, e que esse estaria caminhando ao lado dos golpistas, uma vez que poderia já ter aprovado várias das leis indicadas por Jango e não o fazia por letargia e/ou conivência com os opositores. Em notícias contidas logo no início do jornal, havia indicação de que um batalhão se destacava de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e de que várias movimentações dessas ocorreriam em todo o Brasil, colocando Brasília e, em especial,

os membros do Congresso em compasso de espera para o desfecho (BATALHÃO..., 1964).

A informação sobre o deslocamento das tropas do estado mineiro foi mais bem detalhada na coluna de Flávio Tavares, com o texto *Manifesto é contra-senha do "Putsch"*. Segundo a coluna, todo o exército mineiro caminhava para encontrar-se com seus colegas paulistas e cariocas para marcharem contra o governo, com intensa articulação dos governadores dos respectivos estados. Nesse mesmo texto, Tavares detalhou também a participação civil, com ampla movimentação da UDN e também do PSD, sendo que a maioria de seus representantes teria decidido, nesses últimos dias, articular-se com os golpistas contra o governo (MANIFESTO..., 1964). Já na coluna de Paulo Francis (1964c), o clima era mais alarmista, com o título *O mandato irretocável* indicando que Carlos Lacerda era o líder civil e Castelo Branco a liderança militar do golpe em andamento. No entanto, mesmo chamando atenção para essas movimentações, o texto tentava construir um clima otimista (ainda que de maneira não muito intensa), confiando que a maioria dos militares ficaria ao lado da ordem e que Jango seria mantido no cargo, uma vez que gozava de imenso apoio popular e que tal ação seria apenas mais uma entre as várias outras contra o presidente e a democracia no país (FRANCIS, 1964c).

Esse tom de otimismo em face da sublevação civil-militar foi mantido na capa da edição matutina do dia seguinte. O andamento do golpe foi amplamente detalhado, começando pela própria manchete do jornal, *Sublevação em Minas para depor Jango*, apontando que a ação contra Jango era real, mas que ela não prosperaria, por ser minoritária; duas declarações militares chamam bastante atenção na capa dessa edição: uma fala do General Mourão Filho pedindo a deposição imediata de Jango (COMANDANTE..., 1964) e outra do ministro da Guerra, Jair de Dantas Ribeiro, assegurando que o Estado agiria contra os subversivos e que a ordem seria mantida (JAIR..., 1964).

A fala de Ribeiro foi amplamente festejada pela UH, que manteve a base dessa argumentação no editorial *Discurso histórico*, no qual Silveira elogiou

intensamente a contundente fala de Jango em defesa da movimentação dos marinheiros, além de o ter exaltado como um líder nos mesmos moldes e grandeza de Getúlio Vargas, indicando que o temor da oposição era de que o mandatário mudasse o Brasil da mesma forma que seu "padrinho" político tinha feito (e tombado por conta disso) (DISCURSO..., 1964).

Além do destaque para a movimentação militar, sendo que a UH apontava Juiz de Fora como a "capital da revolução" (termo colocado pelo movimento golpista e ironizado nas páginas da publicação carioca), também houve grande cobertura para um documento, apontado como um manifesto e divulgado por Magalhães Pinto, com o conteúdo defendendo a ação golpista e listando os problemas no governo Jango e no sistema político brasileiro em geral (MAGALHÃES..., 1964). Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, foi um dos signatários desse manifesto e um defensor (conforme já sinalizava desde a Marcha) do golpe de Estado contra Jango. Sendo assim, o jornal chamava atenção para o fato de que tal movimento não somente era algo militar, mas tinha uma ampla movimentação civil (que fora, inclusive, a parte mais analisada na publicação de Wainer, desde o início do próprio governo) (COMANDANTE..., 1964).

Na segunda edição desse dia, as informações eram mais alarmantes. Com a manchete *Tropas do govêrno na divisa com Minas*, a UH destacava a ação de Ribeiro, que teria dado um ultimato contra os revoltosos para evitar uma guerra civil de grandes proporções (TROPAS..., 1964). Ao mesmo tempo em que a capa trazia declarações de Jango de que o golpe já nascia condenado e de que não daria em nada, várias notícias indicavam que o movimento vinha com imensa força, como o próprio título da reportagem apontava, além de relatos de que a sede da UNE tinha sido metralhada, bem de que a circulação das edições paulistas da UH tinha sido impedida (TROPAS..., 1964).

O restante do otimismo e até da certeza da UH de que tal movimentação não se consumaria como um golpe esvaiu-se no dia seguinte. Com a

manchete *Jango no Rio Grande e Mazzilli empossado*, a edição estava organizada e impressa de maneira irregular, com poucas páginas e sem a estrutura apresentada naqueles últimos meses. Em destaque, imagens da redação e dos carros da equipe da publicação destruídos por ação dos apoiadores do golpe, seguidas do texto *A Vindita fria*, detalhando todo o ataque sofrido pela publicação no dia anterior (A VINDITA..., 1964). Durante as poucas páginas dessa edição (cerca de um quarto das habituais), as várias denúncias de violência contra as redações da UH pelo Brasil pulularam (além daquelas referentes a outras violências praticadas, como o incêndio do prédio da UNE). Havia também algumas análises sobre a movimentação golpista, com destaque para outro manifesto, dessa vez militar, encabeçado pelos considerados "líderes" do movimento, com maior destaque para Castelo Branco (GENERAIS..., 1964).

Em Porto Alegre, Jango teria recusado estruturar uma nova edição da Rede da Legalidade, segundo a UH, procurando evitar um derramamento de sangue (JANGO dispensa..., 1964). Os detalhes e as análises sobre o caso voltaram a ser publicados nas edições do dia seguinte, quando a estrutura do jornal voltou parcialmente à normalidade. Nas edições do dia 3, a cobertura oscilou entre os ataques sofridos pelo jornal e as violências perpetradas em geral (com especial enfoque na imprensa), bem como a movimentação política para indicar quem seria o novo mandatário nacional. Em relação ao primeiro aspecto, foi publicado na capa o texto *A liberdade de imprensa sobrevive*, no qual a UH agradeceu todas as manifestações de apoio e afirmou que continuaria como um jornal de resistência, mantendo seu enfoque e sua abordagem (A LIBERDADE..., 1964).

Em relação à sucessão presidencial, tanto na coluna de Flávio Tavares como na capa da segunda edição, a UH apontava que Jango ainda estava em São Borja e que não havia abandonado o Brasil, afirmando que a ação de Auro de Moura Andrade, que destituira o político gaúcho do cargo por não estar mais em solo nacional, não teria validade legal. Ainda no texto do jornalista

do periódico em Brasília, o ex-presidente ainda tinha confiança de que tal aspecto poderia ser revertido, embora reconhecesse a imensa dificuldade da concretização desse ato (TAVARES, 1964f). Por fim, como destaque na segunda edição dessa data, havia declarações do deputado federal Sérgio Magalhães (PTB/GB), em que afirmava que o golpe contra Jango era, na verdade, uma movimentação contra Vargas. Embora a UH não tenha repercutido diretamente tal perspectiva nessa edição (ainda que a fala tenha ganhado grande destaque na publicação), a visão exposta pelo político carioca coadunava com a apresentada pela publicação de Wainer: no fim das contas, mesmo em um contexto diferente e com mais algumas variáveis, o movimento não era muito distinto daquele exposto em 1954 e que se repetiria outras vezes, até o ato que, naquele momento, era derradeiro e que estaria consolidando a derrocada do "varguismo" ou, de como se especificou neste artigo, da cultura política trabalhista (SÉRGIO..., 1964).

As cassações e os cerceamentos continuavam a pleno vapor. Nas edições do dia 4, na capa, o texto *Nova presidência da "Rêde Nacional Última Hora"* indicava que Samuel Wainer estava no Chile, confirmando que o dono da publicação havia fugido da perseguição policial. Além disso, a coluna mencionava que o novo presidente do jornal seria Haryberto de Miranda Jordão (advogado de Wainer e da própria publicação) e que o funcionamento da UH continuaria normalmente (NOVA..., 1964). Na capa também havia destaque para o exílio do vice-governador da Guanabara e ex-colunista do periódico, Eloi Dutra, que buscava auxílio na embaixada do Uruguai (ELÓI..., 1964). Os expurgos possuíam grande apoio dos entusiastas do golpe, sendo que, nessa mesma data, foi publicado um telegrama de Ademar de Barros defendendo a perseguição sistemática contra os "vermelhos". Nessas mesmas edições, havia a repercussão do apoio imediato dos EUA ao novo governo, sendo essa a primeira nação a movimentar-se para tal (FICO, 2008). Foram trazidas declarações de Dean Rusk, secretário de Estado estadunidense, de que o governo de

Johnson daria total suporte para os novos mandatários no país (EUA..., 1964).

O apoio dos EUA foi ressaltado, novamente, nas edições do dia 6, com declarações do próprio presidente Lyndon Johnson manifestando apoio incondicional ao novo governo brasileiro. Segundo a UH, esse governo seria liderado pelo chamado líder militar da "rebelião" (termo o qual o jornal usara, até então, para relatar a ação que levava à deposição de Jango), Castelo Branco. Vários dados desse apoio apareceriam nos dias seguintes, ratificando o imenso interesse dos EUA na formação desse novo governo.

Na capa das edições do dia 6, o texto *Aos seus leitores* trazia, como justificativas, possíveis omissões ou desorganização da UH por conta da conjuntura, afirmando que a publicação se esforçaria ao máximo para manter a qualidade e os textos opinativos da publicação (AOS SEUS..., 1964). Ao mesmo tempo, as notícias de prisões e pedidos de exílios em embaixadas (sobretudo no Uruguai) pululavam por várias de suas páginas. Nessa mesma data, a UH trouxera novamente declarações de Jango em relação ao ocorrido. Anteriormente, na coluna de Flávio Tavares, os últimos passos do ex-presidente foram cobertos com resignação e dignidade (TAVARES, 1964f), e as declarações dessa data buscavam confirmar tal perspectiva, uma vez que, ainda em solo brasileiro, Jango disse que não era comunista, não renunciara e nem estava asilado, reforçando o caráter de vítima de uma conspiração contra si (JANGO: não..., 1964).

A consolidação do golpe e os primeiros passos da Ditadura Militar

O contraste entre a calma pregada pelos meios oficiais e a movimentação contra os opositores do regime continuava a ganhar força nas edições do dia seguinte. Enfatizando as declarações do novo ministro da Guerra, Costa e Silva, de que reinava a paz no Brasil, e também as do ministro do Trabalho, Arnaldo Lopes Sussekind, de que nenhuma lei trabalhista seria retirada durante esse novo período, as coisas aparentavam certa normalidade e pacificidade; no entanto, a

manchete da primeira edição já sinalizava forte efervescência política, uma vez que havia um movimento na Câmara que sinalizava para a eleição de Amaury Krueel, e não de Castelo Branco (CONGRESSO..., 1964). Além disso, havia a indicação da imposição de um Ato Institucional (AI), independentemente do resultado eleitoral, o que evidenciava mais uma vez o caráter autoritário dos "revolucionários" (ATO..., 1964).

A publicação de um possível AI foi noticiada com mais detalhes por Flávio Tavares, o qual apresentou as principais ações que seriam implementadas, como a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos, por parte do Executivo, sem a consulta prévia do Legislativo. Em linhas gerais, esse novo documento consolidaria o cerceamento aos membros do governo anterior e implantaria mudanças significativas na Constituição (ATO..., 1964). No dia seguinte, o pleito para o novo presidente manteve-se encaminhado, sem alteração da ideia inicial, de ter uma liderança eleita de maneira indireta até o fim do mandato de Jango (BRASÍLIA..., 1964).

Embora, em declarações presentes nas páginas do dia 9, o general Amaury Krueel tenha assegurado que o AI não ocorreria, pelo menos não naquele momento (LIDERANÇAS..., 1964), no dia seguinte a manchete da primeira edição trazia como destaque exatamente o oposto, com os seguintes dizeres no clichê: *Ato Institucional foi decretado – Comando Supremo da Revolução anuncia "Nova República"*. Nessa capa, o jornal chamava atenção para as principais medidas do AI, que abrangiam a suspensão de direitos individuais por seis meses e inúmeras cassações nos próximos 60 dias, entre outras. Além disso, declarações relacionadas ao Alto Comando apontavam que esse grupo militar possuía o poder de fato, no país, e que esse se expressaria pelo voto ou pela revolução (com uma foto de Costa e Silva, considerado o principal nome por trás do documento, ilustrando a perspectiva colocada na capa) (ATO..., 1964).

No Congresso, inúmeras declarações justificavam o uso da força pela junta militar (com destaque para falas de Juarez Távora, (PDC/GB)),

além da tessitura de um manifesto de todos os partidos políticos com representação legislativa, que defendia o nome de Castelo Branco para a presidência (COMANDO..., 1964). Em sua coluna, Flávio Tavares afirmava que, com o AI, o então movimento militar ganhava força e que essas ações seriam apenas o começo, sendo que os congressistas oscilavam entre a incredulidade e o desespero, percebendo com bastante clareza que o projeto militar não era apenas uma solução temporária, mas sim uma organização, com o objetivo de perpetuar-se no poder (TAVARES, 1964g). Ainda nessas perspectivas, a UH deu destaque para a prisão de Bocayuva da Cunha (deputado federal pelo PTB da Guanabara e vice-presidente da UH, ficando pouco tempo retido), o que apontava para a continuação das perseguições indicadas pelos líderes da rebelião (PRESOS..., 1964). Tal aspecto ficou mais em evidência na manchete da segunda edição, cujo clichê destacava uma fala de Costa e Silva: *Ato Institucional é "Nova República"*, destacando as cassações de Jango, Jânio Quadros e Luís Carlos Prestes (que ocorreram naquela manhã), bem como a prisão de alunos e professores da UnB, após o prédio ter sido cercado por aproximadamente 400 soldados (ZERO..., 1964).

Por fim, com a confirmação da eleição de Castelo Branco no sábado, dia 11, as edições do dia 13 repercutiram a formação do novo ministério, bem como os meandros do processo eleitoral, e, sobretudo, instituíram a linha que o jornal passaria a seguir. Mesmo com as violências sofridas, a UH manteve sua linha conciliatória e, ainda assim, otimista em relação ao novo governo que se instituiu. A publicação apresentou suas bases no texto *Caminho pacífico para a solução da crise*, no qual declarava acreditar no encaminhamento pacífico da situação política, mas, ao mesmo tempo, reafirmava suas ideias e ratificava sua fidelidade à cultura política trabalhista, defendendo Vargas, Jango e os políticos que o apoiavam e que, em geral, estavam sendo perseguidos pela junta militar que levava Castelo Branco ao poder (CAMINHO..., 1964). Nessa mesma publicação, também manteve o posicionamento de que,

embora confiasse que o futuro presidente seguiria uma linha pacífica, não o apoiaria e consolidou seu papel de oposição, valorizando a liberdade de imprensa e a democracia que ainda existiria no Brasil:

Essa é a posição de ULTIMA HORA diante da nova realidade política nacional. Dela não nos arredaremos. Preferimos desaparecer a trair ou renegar os princípios que constituem a nossa razão de ser desde que este jornal foi fundado, em 12 de junho de 1951. A confiança do povo nos permitiu criar e consolidar a mais poderosa rede de jornais populares e nacionalistas da América Latina. Não frustraremos essa confiança. Ela é a própria expressão da fé que temos nos destinos de nossa grande pátria (CAMINHO..., 1964, p. 1).

Conclusão

Em linhas gerais, a UH manteve a mesma base de análise e engajamento durante os dois anos e meio (aproximados) em que Jango se manteve no poder. Atuando contra o parlamentarismo e a favor das Reformas de Base, a publicação de Wainer voltou suas atenções para as perspectivas defendidas pelo governo, que remetiam aos princípios evocados por Vargas e reivindicados na cultura política trabalhista, na qual ambos estavam imersos. Especialmente no ano de 1964, a publicação carioca não se ausentou dos debates, procurando fazer um contraponto com publicações de maior tiragem da época, todas atuando contra o então governante e, no mês de março, pedindo abertamente sua saída. Sempre oscilando entre a denúncia dos atos e um otimismo esperançoso, as páginas da UH alternavam o tom à medida que os fatos ocorriam, demonstrando que havia possibilidades de o país continuar crescendo e prosperando, desde que existissem condições propícias para a atuação presidencial.

Por fim, mantendo a forma de abordagem já estruturada desde o início de suas atividades, a UH caminhou para o golpe como grande parte do grupo que compartilhava dos mesmos ideais políticos: entendia que havia uma movimentação em curso e que existiam muitas pessoas interessadas em executá-la, mas não levava realmente

em conta a possível realização da ação, ou, caso essa acontecesse, contava com a reação das instituições e da população para evitar o fim da democracia.

No entanto, essa reação não aconteceu. Ainda que a publicação demonstrasse um certo otimismo quanto ao restabelecimento da democracia em 1966, com a posse do novo presidente eleito, já apresentava evidências de que tal eleição não ocorreria. De fato, o pleito para o cargo majoritário do Executivo não ocorreu. A ditadura se encerraria, oficialmente, mais de 20 anos depois, bem após o fim da UH, que não resistiria às intempéries políticas do período.

Referências

Fontes

"ATO institucional" suprime garantias e cassa patentes. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1271, p. 02, 7 abr. 1964.

A CRISE. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1266, p. 04, 27 mar. 1964.

A GRANDE deformação. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4310, p. 29, 23 mar. 1964.

A LIBERDADE de imprensa sobrevive. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. A1270, p. 01, 3 abr. 1964.

A MARINHA não morre. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1267, p. 04, 30 mar. 1964.

A VINDITA fria. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4318, p. 01, 2 abr. 1964.

ABASTECIMENTO. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4278, p. 01, 13 fev. 1964.

ANDRADE, Almir. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, mar. 1941.

AOS SEUS leitores. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1270, p. 01, 6 abr. 1964.

ATO institucional foi decretado – comando supremo da revolução anuncia "nova república". *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1274, p. 01, 10 abr. 1964.

BATALHÃO de prontidão em Minas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1268, p. 02, 31 mar. 1964.

BRASIL. *Manifesto dos Ministros Militares de 30 de agosto de 1961 contra a posse de João Goulart na Presidência da República quando da renúncia de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro, GB: Congresso Nacional, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/a-crise-politica-de1961/Acontecimentos%20do%20dia%2030%20de%20agosto%20de%201961>. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASÍLIA iniciou articulações. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1272, p. 02, 8 abr. 1964.

CAMINHO pacífico para a solução da crise. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1275, p. 01, 13 abr. 1964.

COMANDANTE da IV Região Militar declara-se rebelado contra o presidente da república. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1269, p. 02, 1º abr. 1964.

COMANDO militar baixou ato institucional. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1274, p. 02, 10 abr. 1964.

CONGRESSO debate a fórmula para eleger novo presidente. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1271, p. 01, 7 abr. 1964.

CONSPIRAÇÃO e loucura. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1263, p. 04, 21 mar. 1964.

DEFINIÇÃO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4279, p. 01, 14 fev. 1964.

DISCIPLINA e justiça. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1267, p. 04, 30 abr. 1964.

DISCURSO histórico. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1269, p. 04, 1º abr. 1964.

DUAS posições. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4313, p. 04, 24 mar. 1964.

ELÓI asilou-se na embaixada uruguaia na GB. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4319, p. 03, 4 abr. 1964.

EUA colaborarão com o novo governo brasileiro, diz Rusk. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4319, p. 06, 4 abr. 1964.

FRANCIS, Paulo. Marcha do partido estúpido. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4315, p. 04, 28 mar. 1964b.

FRANCIS, Paulo. O mandato irretocável. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1268, p. 04, 31 mar. 1964c.

FRANCIS, Paulo. União nacional pelo golpe. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1262, p. 03, 20 mar. 1964a.

FRENTE única. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4281, p. 01, 17 fev. 1964.

GENERAIS lançam manifesto. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4318, p. 02, 2 abr. 1964.

GOLPE de aleluia visa cêrco de Jango. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1265, p. 04, 25 mar. 1964.

GOLPE explora a crise na Marinha. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1267, p.01, 30 mar. 1964.

GUERRA psicológica. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4299, p. 01, 9 mar. 1964.

JAIR: – Máxima energia contra os sublevados. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1269, p. 01, 1º abr. 1964.

JANGO ao Congresso: Plebiscito para reformas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1258, p. 04, 16 mar. 1964.

JANGO completa a revolução que Getúlio Vargas iniciou. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4261, p. 01, 21 jan. 1964.

JANGO dispensa sacrifício dos gaúchos. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4318, p. 01, 2 abr. 1964.

JANGO não teme novo agosto de 1961. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4313, p. 02, 26 mar. 1964.

JANGO: – As reformas virão a qualquer preço. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4245, p. 04, 2 jan. 1964.

JANGO: – Nada de golpes e continuísmo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1262, p. 04, 20 mar. 1964.

JANGO: – Reforma da carta preserva regime. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1263, p. 04, 23 mar. 1964.

JANGO: Não sou comunista, não renunciei nem estou asilado. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. B1270, p. 06, 6 abr. 1964.

JANGO: Rever a constituição para as reformas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4304, p. xx-04, 14 mar. 1964.

JANGO: Três hipóteses para reforma ministerial. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1211, p. 04, 3 jan. 1964.

JORNAIS e problemas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1261, p. 04, 19 mar. 1964.

LACERDA chama Ademar para a "guerra vermelha". *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4258, p. 01-02, 17 jan. 1964.

LIDERANÇAS levam ao Congresso fórmula do estado revolucionário. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1273, p. 02, 9 abr. 1964.

LIMA, Alceu A. Discurso do Sr. Alceu Amoroso Lima. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos: 1920-1935*. Rio de Janeiro: ABL, 2006. t. II.

MAGALHÃES conclama à rebelião. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1269, p. 02, 1º abr. 1964.

MARCONDES FILHO, Alexandre. *Trabalhadores do Brasil!* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943.

MILITARES estudam chantagem golpista. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4263, p. 04, 23 jan. 1964.

NINGUÉM arrancará das mãos de Jango a bandeira da liderança popular no país. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1244, p. 01, 25 fev. 1964.

NOVA presidência da "Rêde Nacional Última Hora". *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. x, p. xx-xx, 4 abr. 1964.

O GRANDE coordenador. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4315, p. 04, 28 mar. 1964.

O PÂNICO e a mensagem. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 1259, p. 01, 17 mar. 1964.

OPOSIÇÃO desesperada: derrubar João Goulart antes da reforma. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. x, p. xx-xx, 17 mar. 1964.

OUTRAS crises virão. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4315, p. 04, 28 mar. 1964.

PALHAÇADA e afronta. *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 4258, p. 01, 17 jan. 1964.

PLÍNIO Salgado prega revolução nas ruas de S. Paulo contra as reformas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4309, p. 02, 20 mar. 1964.

POLÍTICA exterior: nenhum passo atrás. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4248, p. 04, 6 jan. 1964.

PRESOS em Brasília os deputados Bocayuva, Corbisier e Cerqueira. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1274, p. 03, 10 abr. 1964.

PRESTES, Luís Carlos. *Problemas atuais da democracia*. São Paulo: Editoral Vitória, 1947.

REAÇÃO tenta tirar todo proveito da situação para armar golpe contra Jango. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1266, p. 02, 27 mar. 1964.

SALDO positivo. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4315, p. 01, 28 mar. 1964.

SAN Tiago: – Frente é para preservar a democracia. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4280, p. 04, 16 fev. 1964.

SÉRGIO na Câmara: "Jango deposto pelos mesmos motivos que levaram Vargas à morte e Jânio à renúncia". *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4318, p. 01 3 abr. 1964.

SILVEIRA, Paulo. Responsabilidade do Congresso. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. x, p. xx-xx, 31 mar. 1964.

TAVARES, Flávio. "Linha dura" não alterará ministério de Jango. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1268, p. 04, 24 mar. 1964b.

TAVARES, Flávio. Agitação armada é o caminho da oposição. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4264, p. 04, 24 jan. 1964a.

TAVARES, Flávio. Definida a "situação revolucionária". *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1274, p. 02, 10 abr. 1964g.

TAVARES, Flávio. Em São Paulo a chave da conspiração. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1267, p. 04, 30 abr. 1964h.

TAVARES, Flávio. Manifesto é contra-senha do "Putsch". *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1268, p. 04, 31 mar. 1964e.

TAVARES, Flávio. Nova etapa: anistia no Congresso. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4315, p. 04, 28 mar. 1964d.

TAVARES, Flávio. Os últimos momentos de Jango em Brasília. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. A01270, p. 04, 3 abr. 1964f.

TAVARES, Flávio. Prontidão telefônica para o "impeachment". *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1266, p. 04, 27 mar. 1964c.

TROPAS do govêrno na divisa com Minas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 4317, p. 01, 1º abr. 1964.

ULTIMA HORA. Rio de Janeiro: [Samuel Wainer], 1961-1964.

ZERO hora. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 1274, p. 02, 10 abr. 1964.

Bibliografia

ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. (Descobrindo o Brasil).

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, 51).

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado: biografia política (1895-1975)*. São Paulo: EDUSP, 2018.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Publicações, 1998. (Temas de Interesse do Legislativo).

BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, [s. l.], v. 2, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16058>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, p. 1-19, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/N3y4qtLG8XkgR3gKPgyvwBm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2022.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (1945-1964). 8. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a. p. 11-44. (Coleção O Brasil Republicano, 3).

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (1945-1964). 8. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b. (Coleção O Brasil Republicano, 3).

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIDELIS, Thiago. El gobierno de Jânio Quadros por las páginas del periódico *Última Hora* (UH). *Revista de Historia Social y de las Mentalidades [on-line]*, Santiago de Chile. v. 25, n. 2, p. 109-126, jul./dic. 2021. Disponível em: https://rhistoria.usach.cl/sites/revistahistoria/files/4869-texto_del_articulo-26008683-1-10-20211209.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

FIDELIS, Thiago. O Programa Nacional de Alfabetização (PNA) e a participação da educação nas Reformas de Base do governo João Goulart (1963-1964). *Diálogo*, Canoas. n. 51, p. 1-8, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.18316/dialogo.vi51.10452>.

FIDELIS, Thiago. *Preto no branco: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956)*. São Paulo: Dialética, 2022a.

GOLDSTEIN, Gisele. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987. (Novas Buscas em Comunicação, 19).

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: do império à república*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. (História Geral da Civilização Brasileira, 2, 7).

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

MANZUR, Tânia Maria Pechir. *A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio*. São Paulo: Lua Nova, 2014.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1954-1980*. Campinas: Papiurus, 1987.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume, 2000. p. 173-213.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na História*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. (Estudos, 180).

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PAXTON, Robert. *Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Lúis Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RIoux, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Retratos do Brasil, 51).

Thiago Fidelis

Bacharel e licenciado em História (2010) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp); licenciado em Ciências Sociais (2018) pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp); mestre em História (2013) pela Unesp; doutor em Ciências Sociais (2018) pela Unesp, com período de estágio na Universidade de Coimbra (Portugal); estágio de pós-doutorado em História (2021) pela Universidade de São Paulo (USP); cursando doutorado em História na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Endereço para correspondência:

THIAGO FIDELIS

Alameda Florentino Antônio da Silva, 2055, S-13,

Parque Residencial Damha IV, São José do Rio Preto,

São Paulo, CEP 15061-857